



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO N. 03/2022/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 03/2022/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001039-38.2021.6.22.8000](#)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 22/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 04/2022

**SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA HR SOLUCOES E
SERVICOS EIRELI, PARA PRESTAÇÃO
CONTINUADA DE SERVIÇOS DE
FILMAGEM, COM CAPTAÇÃO DE
IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO
E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS E
SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS
COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO E
TRANSMISSÃO AO VIVO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **HR SOLUCOES E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.494.365/0001-69, com sede na Rodovia Anel Viário, nº. 9301, Anel Viário, CEP: 76.914-899, em Ji-Paraná/RO, Telefone(s): (69) 3421-6646, (69) 98479-3963 e E-mail(s): administrativo@hrdigital.com.br e publicacao@hrdigital.com.br, neste ato representada por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****9145**-SSP/RO** e do CPF *****.283.262-****, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1051/2023 de 12/09/2023 (evento [1058557](#)),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

- 1) Registrar o reajuste** ao valor do Contrato 03/2022 (evento [0801402](#)) **no percentual de 7,800890%** (sete inteiro e oitocentos mil, oitocentos e noventa milionésimos por cento), correspondente ao valor de **R\$ 22.427,5572**, decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **outubro de 2021 a outubro de 2022**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2022;
- 2) Prorrogar por mais 18 (dezoito) meses o prazo de vigência do Contrato nº. 03/2022** (evento [0801402](#)), contados **a partir de 16/09/2023 com término em 15/03/2025**, e prorrogar por mais 17 (dezessete) meses o prazo de execução do contrato, contados a partir de 16/08/2023 com término em 15/01/2025, em razão das demandas institucionais assinaladas pela unidade gestora na Informação nº 119/2023 - PRES/ASESP/ASCOM (evento [1041195](#) do Processo Administrativo respectivo);
- 3) Registrar o acréscimo** contratual no percentual de 14,492% (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) sobre o valor estimado do Contrato n. 03/2022 (evento [0801402](#)), em razão dos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3, 5 (cinco) unidades do item 7, e 7 (sete) unidades do item 9 mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento [0786040](#)), correspondente ao valor de **R\$ 44.917,01** (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), conforme descrito na Informação nº 119/2023 - PRES/ASESP/ASCOM (evento [1041195](#) do Processo Administrativo respectivo); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4) Incluir a Cláusula Décima Sétima ao Contrato nº. 03/2022(evento [0801402](#)), para a inclusão de cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO, que passará a vigorar com a seguinte redação:

[...]

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A CONTRATADA deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

[...]

Subcláusula Primeira – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no evento [1042242](#) do Processo respectivo.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Termo Aditivo é no valor estimado total de **R\$ 354.844,57** (trezentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), que corresponde ao valor do reajuste, prorrogação do contrato mais o valor de impacto do acréscimo contratual registrados na Cláusula Primeira deste instrumento (R\$ 309.927,56 + R\$ 44.917,01), conforme abaixo:

TABELA 1 - QUADRO RESUMO ADITIVO N. 02														
Lote/Grupo 01														
Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Qtd . TR E/RO	Valor inicial (R\$)	1º Acréscimo	Valor atualizado após 1º acréscimo(R\$)	Preço Unitário o Reajustado (R\$) índice = 1,07800890%*	Valor do Contrato atualizado após 1º reajuste (287.500,0028 + percentual de 7,800890%) (R\$)	2º Acréscimo	Total do 2º Acréscimo R\$	Valor total do Contrato atualizado + 2º acréscimo	Qtd . (saldo com Acréscimo)	Valor do Contrato remanescente atualizado do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

														(sal do)
01	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras (Capital)	Período de 2 horas	1.500,00	20	30.000,00	-	30.000,00	1.617,01	32.340,27	0	-	32.340,2670	16	25.872,16
02	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando duas câmeras (Capital).	Período de 4 horas	2.200,00	20	44.000,00	-	44.000,00	2.371,62	47.432,39	0	-	47.432,3916	6	14.229,72
03	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)	Período de 2 horas	1.366,6667	20	27.333,334	-	27.333,334	1.473,28	29.465,57	+3	4.419,84	33.885,4173	11	16.206,08
04	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera (Capital)	Período de 4 horas	2.166,6667	20	43.333,334	-	43.333,334	2.335,69	46.713,72	0	-	46.713,7197	13	30.363,97
05	Serviço de filmagem, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando uma câmera - (Interior)	Período de 4 horas	3.000,00	08	24.000,00	-	24.000,00	3.234,03	25.872,24	-	-	25.872,2136	8	25.872,24
06	Serviço de	Período	2.150,	10	21.500,	-	21.500,	2.317,7	23.177,1	-	-	23.177,	8	18.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	filmagem realizado com a utilização de drone profissional com equipamento de alta performance para captação de imagens, vídeos e tomadas aéreas, com captação de imagens em alta definição (4K) e sons (Capital)	o de 2 horas	00		00		00	2	9			19		541,76
07	Serviço de transmissão ao vivo, com captação de imagens em alta definição HDV/fullHD e sons, utilizando três câmeras (Capital)	Período de 4 horas	5.833,3333	6	34.999,9998	R\$ 29.166,6665 (10,14 4%) + 5 unidades	64.166,6663	6.288,38	37.730,30	+5	31.441,9	69.172,2000	8	50.307,04
08	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (baixa e média complexidade)	Minuto	766,6667	50	38.333,335	-	38.333,335	826,48	41.323,67	-	-	41.323,67	31	25.620,88
09	Serviço de produção, edição e finalização de vídeos institucionais (alta complexidade)	Minuto	1.200,00	20	24.000,00	-	24.000,00	1.293,61	25.872,21	+7	9.055,27	34.927,4836	11	14.229,71
					R\$ 287.500,0028 (Valor Inicial Contrato)	R\$ 29.166,6665 (Valor Total do 1º acréscimo)	R\$ 316.666,6693 (Valor do Contrato com 1º acréscimo)		R\$ 309.927,56 (Valor do Contrato após o 1º Reajuste)		R\$ 44.917,01 (Valor Total do 2º acréscimo)	R\$ 354.844,56 (Valor total do Contrato atualizado com reajuste + 2º acréscimo)		R\$ 221.243,56 (Saldo remanescente atualizado do contrato)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(dez) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de **R\$ 17.742,22** (dezessete mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Terceira do contrato originário e no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93(reajuste); no artigo 57, II, da Lei 8.666/93 e Cláusula Quarta do Contrato nº 03/2022 (prorrogação); e no artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/93, Cláusula Décima, item 11, c/c Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Terceira, do contrato originário (acréscimo).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 12 de setembro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	DANIELLE CRISTINA DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: **.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 03/2022/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU
---	---	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		749/2010 Plenário)	—
Contrato n. 03/2022 (assinado em 15/03/2022) – Volume VII do PA (evento 0801402) Vigência de 18 (dezoito) meses, a contar de 15/03/2022 até 15/09/2023. Valor: R\$ 287.500,0028	R\$ 287.500,0028	-	
1º Termo Aditivo (assinado em 05/09/2022) – Volume IX do PA (evento 0891076) I – Acréscimo de 10,144% (R\$ 29.166,6665). (Garantia de 5%: R\$ 1.458,33)	R\$ 29.166,6665	+10,144%	
2º Termo Aditivo (assinado em ____/09/2023) – Volume XIII do PA (evento 1059727). I - Reajuste de 7,800890% referente ao acumulado do IPCA em outubro/2021 a outubro/2022, com efeito a contar de outubro/2022; II – Prorrogação por mais 18 meses, a contar de 16/09/2023 até 15/03/2025, e prorrogar o prazo de execução por mais 17 meses. (R\$ 309.927,56); e III - Acréscimo de 14,492% (R\$ 44.917,01); IV - Inclusão de Cláusula da LGPD. (Garantia de 5%: R\$	R\$ 354.844,57	+ 14,492%	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17.742,22)

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.

R\$ 309.927,56

PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.

+
24.636%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/09/2023, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE CRISTINA DA SILVA, Usuário Externo**, em 12/09/2023, às 20:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/09/2023, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 13/09/2023, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1059727** e o código CRC **290F25BA**.

0001039-38.2021.6.22.8000

1059727v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: SECOM.

ASSUNTO: Possibilidade de prorrogação, acréscimos e reajuste – Contrato n. 03/2022 – Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI – Serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo – Minuta de Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 196 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica, foi firmada a contratação da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob n. 07.494.365/0001-69, para a prestação de serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo para atender demandas institucionais do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, dimensionada para 18 (dezoito) meses, a partir de 15/03/2022, com possibilidade de prorrogação, nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

termos registrados no Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)), atualmente em plena execução.

02. Aproximando-se o término da vigência, por meio da Solicitação nº 44/2023 ([1037369](#)) a Seção de Comunicação Social - SECOMS, gestora do contrato, **solicita a prorrogação da avença** por mais 18 meses, com acréscimos aos itens 3, 7 e 9 do objeto, demonstrados em quadro esquemático elaborado pela unidade.

03. Por meio do Despacho nº 1637/23 ([1040169](#)), o Secretário substituto da SAOFC determinou o envio do processo à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaboração da minuta de aditivo contratual e, por fim, à esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Em cumprimento, o Coordenador da COFC, no Despacho nº 754 ([1040314](#)), informou que a despesa estava prevista no planejamento orçamentário do exercício corrente e que a proposta orçamentária de 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#). Na sequência, a SPOF trouxe ao processo a programação orçamentária da despesa pretendida ([1040330](#)), oportunidade em que registrou:

1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

(...)

05. Posteriormente, por meio da Solicitação nº 48/2023 ([1040357](#)), a SECOMS reforça o pedido inicial e solicita o **acréscimo também do item 1 do objeto** para atender demandas das Eleições 2024, especificando o quantitativo em planilha.

06. Por meio do novo Despacho nº 1643/23 ([1040502](#)), o Secretário substituto da SAOFC considerou a possibilidade da prorrogação do contrato, conforme sua cláusula quarta, a necessidade de realizar consulta à empresa acerca do interesse no ato e também a regra contratual do reajuste de preços e devolveu o processo à unidade gestora, para consulta do interesse na prorrogação pelo período solicitado - 18 (dezoito) meses, pesquisa de preços para averiguar se a prorrogação pretendida seria vantajosa à Administração Pública, informação acerca do índice aplicável ao reajuste de preços e a fonte orçamentária para arcar com a pretensa prorrogação e, ainda, juntada dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e social da contratada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Após a anuência da contratada em relação à prorrogação contratual ([1042242](#)), veio processo a Informação nº 119/23 ([1041195](#)) da SECOMS, na qual a unidade informa:

a) o índice do IPCA do IBGE para o **reajuste dos preços contratados;**

b) os quantitativos acrescidos no aditivo 1, já celebrado;

c) os novos quantitativos com os acréscimos e reajuste de preços para o aditivo 2 pretendido;

d) o percentual de acréscimo e o novo valor atualizado do contrato;

e) reforça o pedido de prorrogação do contrato por 18 meses, com início em 16/9/2023 e término em 15/3/2025, totalizando 36 meses;

f) por fim, requer o aporte de recursos no montante de **R\$ 57.676,89**, sendo R\$ 12.759,88 para reajustar os preços do contrato e R\$ 44.917,01 para cobrir os acréscimo decorrentes de novo aditivo, passando o valor total do contrato para R\$ 374.343,56.

08. Mais uma vez, por meio do Despacho nº 1717/23 ([1043536](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaboração da minuta de aditivo contratual e, por fim, à esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

09. Na sequência, o Coordenador da COFC, por meio da Solicitação nº 77 ([1044149](#)), informou que a prorrogação contratual pleiteada ultrapassaria o presente exercício financeiro e, por isso, solicitou à ASCOM a previsão da execução do valor de **R\$ 44.917,01** (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), subdividida por exercício financeiro da vigência contratual. Em atendimento a ASCOM, por meio da Informação nº 130 ([1044269](#)), informou a previsão do montante subdividido para o exercício financeiro de 2023 e 2024.

10. Assim, a COFC emitiu a programação orçamentária ([1044307](#)) para o exercício de 2023 e trouxe ao processo a Informação nº 140/2023 ([1044310](#)), na qual anuncia que embora haja previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, visto que dependem da aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024. Por fim registrou que a proposta orçamentária para o exercício 2024 tramita no processo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

11. Nesses termos, a SECONT trouxe ao processo a minuta do **Segundo Termo Aditivo** ao ajuste originário ([1050645](#)) para o registro dos atos.

12. Como fruto do pedido de diligências desta unidade jurídica ([1052286](#)), veio ao processo a Informação nº 176/23-ASCOM ([1057981](#)), com os elementos para demonstrar a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida.

13. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica). **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

14. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº [0001039-38.2021.6.22.8000](#)) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

15. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

16. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

17. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1. Do reajustamento de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. A pretensão de reajuste dos preços do contrato tem amparo no **art. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**. Trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa no Contrato Administrativo n. 03/22 ([0801402](#)). Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário.

19. Como no caso em análise, o procedimento mais usual no âmbito desta Administração é a previsão de reajustes anuais por meio de índices pré-definidos. **Marçal Justen Filho**, ensina que o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto. Sobre o tema, o **Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição**, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 73/2010 Plenário

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio. Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)*

20. Considerando o disposto no **art. 55 da Lei nº 8.666/93**, que determina o reajustamento de valores contratuais em decorrência da variação de certos índices, bem como do intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro, verifica-se o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

21. No caso em tela, na Manifestação nº 8/2023 ([1046506](#)), a unidade gestora, após apresentação dos cálculos, registrou os valores atualizados dos preços dos serviços em função da aplicação do reajuste contratual, os quais constam da minuta do termo aditivo elaborado pela SECONT ([1050645](#)), de **7,800890%** (sete inteiro e oitocentos mil, oitocentos e noventa milionésimos por cento), correspondente ao valor de **R\$ 22.427,5572**, decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **outubro de 2021 a outubro de 2022**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Dessa forma, tendo como referência os dados apresentados na referida manifestação da unidade gestora e com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato nº 03/2022, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no período indicado.

3.2. Da prorrogação do ajuste.

23. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

*II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).*

24. Como visto, o **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados têm natureza contínua, já que não poderão sofrer interrupção sem prejuízo à atividade de cobertura de eventos deste tribunal como transmissão ao vivo de sessões solenes, produção de vídeos institucionais complexos. Vejamos a classificação conferida pela Corte de Contas Nacional:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

25. Há de que se destacar também que no Termo de Referência nº 5/2021 ([0721407](#)), o item 9.4 classificou o tipo de serviço como **continuado**. Veja-se:

A) O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

b) Os serviços previstos no objeto deste TR, são notoriamente necessários para o desenvolvimento macro da comunicação institucional e social deste Tribunal, eis que continuamente sendo executados de forma indireta, com a finalidade de promover os objetivos e missões deste Tribunal, fato exponencialmente agravado no pós-pandemia.

c) Desta forma, o futuro contrato decorrente do certame licitatório poderá ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

(...)

26. Destaca-se ainda que o Contrato nº 03/2022 admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA QUARTA– O prazo de vigência deste contrato será de 18 (dezoito) meses, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, a juízo da Administração, até o limite de 60 meses, com fulcro no artigo 57, II, da Lei 8.666/93, mediante lavratura de Termo Aditivo.

27. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - “iguais e sucessivos períodos”. O presente contrato, vigente a partir de sua assinatura em 15/03/2022, com prazo de duração de 18 (dezoito) meses, será prorrogado pela primeira vez pelo igual período de 18 (dezoito) meses, com vigência no período de 16/09/2023 a 15/03/2025, obedecendo assim ao referido requisito - que aliás pode ser mitigado - como também ao limite de 60 (sessenta) meses, previsto no **art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.**

28. O terceiro e último requisito reside justamente na vantajosidade para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da Corte de Contas Nacional, devem ser aferidos por meio de pesquisa atual de preços no mercado. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Segundo registrado na Informação nº 176/2023 - ASCOM ([1057981](#)), embasada nas pesquisas de preços juntadas ao processo, a unidade gestora da contratação demonstra a vantajosidade do ato pretendido, haja vista que apurou o preço de mercado de R\$ 318.750,00 para os serviços contratados, os quais, mesmo atualizados após a aplicação do reajuste pactuado, encontram-se no patamar financeiro de R\$ 221.243,56.

30. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato, com fundamento no art. 57, II, da L. 8.666/93.

3.3. Do acréscimo ao objeto.

31. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

32. Além da previsão legal acima reproduzida verifica-se que há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato n. 003/2022:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

***Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.*

33. Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido decorre das informações prestadas pela ASCOM, descritas nos eventos [1037369](#), [1040357](#) e [1041195](#), e que consistem, em suma, nos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3; 5 (cinco) unidades do item 7; e 7 (sete) unidades do item 9, mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento [0786040](#)), justificados no fato de que, "*Após análise detida dos saldos do contrato (...)*", verificou-se a necessidade de ajustes para resguardar o atendimento de demandas previstas ([1036373](#)), além daquelas que não puderam ser descritas em função de sua imprevisibilidade, justificando a necessidade de acréscimos. Além disso, também foi apontada a necessidade de atender as demandas decorrentes da realização das Eleições 2024. Conforme indicado pela ASCOM ([1041195](#)), o valor total do aditivo pretendido foi dimensionado **R\$ 44.917,01** (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), correspondente ao percentual de **14,492%** (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) do valor estimado do Contrato n. 03/2022.

34. A análise dos incidentes de execução contratual revela que o ajuste original já foi objeto de acréscimo no percentual de **10,144%**, no valor de R\$ 29.166,6665), de acordo com os registros que constam do 1º Termo Aditivo, de 05/09/2022, evento [0891076](#). Os dois acréscimos somados equivalem a **24,636%** do objeto originalmente contratado, portanto, nos limites do patamar máximo legal e contratual.

35. A ASCOM também informou ([1046506](#)) a necessidade do aporte de recursos orçamentários para o custeio das despesas com o reajuste e o acréscimo pretendidos, no montante de **R\$ 8.588,51** (oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), motivo pelo qual veio ao processo a necessária programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 ([1047939](#)).

36. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta pela unidade gestora, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 002/2022 ([0801402](#)), com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei n. 8666/93** e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ainda, na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 002/2022.**

3.4. Da análise da minuta do termo aditivo.

37. Como reportado no item 11 deste parecer, a SECONT trouxe ao processo a minuta do **Segundo Termo Aditivo** ao ajuste originário ([1050645](#)) para o registro dos seguintes atos:

a) reajuste ao valor do Contrato 03/2022 (evento [0801402](#)) **no percentual de de 7,800890%** (sete inteiro e oitocentos mil, oitocentos e noventa milionésimos por cento), correspondente ao valor de **R\$ 22.427,5572**, decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **outubro de 2021 a outubro de 2022**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a **partir de outubro de 2022;**

b) prorrogação por mais 18 (dezoito) meses do prazo de vigência do contrato, contados a **partir de 16/09/2023 e com término em 15/03/2025** e prorrogação por mais 17 (dezessete) meses do prazo de execução do contrato, contados a partir de 16/08/2023 com término em 15/01/2025;

c) acréscimo contratual **no percentual de 14,492%** (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) sobre o valor estimado do contrato, em razão dos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3; 5 (cinco) unidades do item 7; e 7 (sete) unidades do item 9, mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento [0786040](#)), correspondente ao valor de **R\$ 44.917,01** (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo);

d) inclusão de cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO;

e) no valor estimado total do aditivo de R\$ 354.844,57 (trezentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), corresponde ao valor do reajuste, prorrogação do contrato e impacto do acréscimo contratual;

f) exigência de complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de **R\$ 17.742,22** (dezesete mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).

38. Verifica-se que referida minuta do Segundo Termo Aditivo juntada ao processo ([1050645](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

39. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações da unidade gestora, esta assessoria jurídica, opina:

I - Pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no período indicado, com fundamento no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato nº 03/2022;

II - Que não há óbices à prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 18 (dezoito) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 03/2022;

III - Pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido no percentual de **14,492%** (quatorze inteiros vírgula quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento), com fundamento no **art. 65, I, "b" e § 1º da Lei n. 8666/93** e, ainda, na **Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 002/2022**.

Conforme já apontado no **item 10 deste parecer** foi juntada ao processo programação orçamentária ([1044307](#)) para a cobertura da despesa no exercício de 2023 e há previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 - sendo que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária visto que depende da aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024.

40. Para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os termos da minuta carreada ao processo ([1050645](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

41. Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Steele Góes, Estagiário**, em 08/09/2023, às 14:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 08/09/2023, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1057985** e o código CRC **31066AFE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001039-38.2021.6.22.8000

1057985v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

ASSUNTO: Possibilidade de prorrogação, acréscimos e reajuste – Contrato n. 03/2022 – Contratada: HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI – Serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo – Minuta de Segundo Termo Aditivo - Análise.

DESPACHO Nº 1051 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação da empresa HR SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI, inscrita no CNPJ sob n. 07.494.365/0001-69, para a prestação de serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo, para atender demandas institucionais deste Tribunal, dimensionada para 18 (dezoito) meses, a partir de 15/03/2022, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 03/2022 ([0801402](#)), atualmente em plena execução.

Por meio da Solicitação n. 44 ([1037369](#)), a Assessoria de Comunicação (ASCOM) - gestora do contrato - solicita a prorrogação da avença por mais 18 (dezoito) meses, com acréscimos aos itens 3, 7 e 9 do objeto, demonstrados em quadro esquemático elaborado pela unidade. A contratada aquiesceu à prorrogação pretendida ([1042242](#)).

Posteriormente, veio aos autos a Informação n. 119 ([1041195](#)), mediante a qual a unidade demandante informa:

- a) o índice do IPCA do IBGE para o **reajuste dos preços contratados**;
- b) os quantitativos acrescidos no aditivo 1, já celebrado;
- c) os novos quantitativos com os acréscimos e reajuste de preços para o aditivo 2 pretendido;
- d) o percentual de acréscimo e o novo valor atualizado do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) reforça o pedido de prorrogação do contrato por 18 meses, com início em 16/9/2023 e término em 15/3/2025, totalizando 36 meses;

f) por fim, requer o aporte de recursos no montante de **R\$ 57.676,89**, sendo R\$ 12.759,88 para reajustar os preços do contrato e R\$ 44.917,01 para cobrir os acréscimos decorrentes de novo aditivo, passando o valor total do contrato para R\$ 374.343,56.

Ademais, informou-se que os ajustes pretendidos decorrem da necessidade de resguardar o atendimento de demandas previstas ([1036373](#)), bem como aquelas que, no momento não podem ser elencadas, dada sua imprevisibilidade, justificando a necessidade de acréscimos.

À vista disso, a SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária da possível despesa; à SECONT para elaboração da minuta de aditivo contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1043536](#)).

A COFC, considerando que a prorrogação contratual pleiteada ultrapassa o presente exercício financeiro, solicitou à ASCOM que informasse a previsão de execução do montante de R\$ 44.917,01 (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), subdivida por exercício financeiro de vigência contratual. A unidade juntou a informação ao evento n. [1044269](#).

Com isso, a SPOF formalizou a programação orçamentária da despesa pretendida ([1044307](#)). Ressalta-se que a COFC, por se tratar de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024, ressaltou não ser possível a programação orçamentária dos valores neste exercício financeiro. Contudo, informou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo n. [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão de montante destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([1044310](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Segundo Termo Aditivo ao ajuste originário ([1050645](#)) e remeteu o feito à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após as diligências entendidas necessárias ([1052286](#) e [1057981](#)), aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no período indicado, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato n. 03/2022; pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 18 (dezoito) meses; e pela possibilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

jurídica do acréscimo pretendido no percentual de 14,492% (quatorze inteiros vírgula quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento), com fundamento no art. 65, I, "b" e § 1º da Lei n. 8666/93 e, ainda, na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 03/2022 ([1057985](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste ao valor do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)) no percentual de 7,800890% (sete inteiros e oitocentos mil, oitocentos e noventa milionésimos por cento), com efeitos financeiros sobre a contratação em epígrafe a partir de outubro de 2022; pela prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)) por mais 18 (dezoito) meses, contados a partir de 16/09/2023 com término em 15/03/2025, e prorrogação por mais 17 (dezessete) meses o prazo de execução do contrato, contados a partir de 16/08/2023 com término em 15/01/2025; pelo deferimento do acréscimo contratual no percentual de 14,492% (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) sobre o valor estimado do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)), em razão dos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3, 5 (cinco) unidades do item 7, e 7 (sete) unidades do item 9 mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento [0786040](#)), correspondente ao valor de R\$ 44.917,01 (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo); e pela complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo, no valor de R\$ 17.742,22 (dezessete mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário ([1058350](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Primeiramente, cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Analisando os autos, verifica-se que a pretensão de reajuste dos preços do contrato tem amparo no art. 40, inciso XI, e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93. Trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa no Contrato Administrativo n. 03/22 ([0801402](#)).

No tocante à prorrogação do ajuste, a unidade gestora da contratação demonstra a vantagem do ato pretendido, haja vista que apurou o preço de mercado de R\$ 318.750,00 para os serviços contratados, os quais, mesmo atualizados após a aplicação do reajuste pactuado, encontram-se no patamar financeiro de R\$ 221.243,56, segundo registrado na Informação n. 176/2023 - ASCOM ([1057981](#)), embasada nas pesquisas de preços juntadas ao processo. Assim, a AJSAOFC registrou terem sido cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93.

Quanto ao acréscimo do objeto, esse decorre das informações prestadas pela ASCOM, descritas nos eventos [1037369](#), [1040357](#) e [1041195](#), e que consistem, em suma, nos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3; 5 (cinco) unidades do item 7; e 7 (sete) unidades do item 9, mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento [0786040](#)). Como indicado pela ASCOM ([1041195](#)), o valor total do aditivo pretendido foi dimensionado R\$ 44.917,01 (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), correspondente ao percentual de 14,492% (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) do valor estimado do Contrato n. 03/2022.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) autorizo o reajuste do valor do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)) no percentual de 7,800890% (sete inteiros e oitocentos mil, oitocentos e noventa milionésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de outubro de 2021 a outubro de 2022, com efeitos financeiros sobre a contratação em epígrafe a partir de outubro de 2022, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato n. 03/2022;

b) autorizo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)) por mais 18 (dezoito) meses, contados a partir de 16/09/2023 com término em 15/03/2025, e prorrogação por mais 17



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(dezessete) meses do prazo de execução do contrato, contados a partir de 16/08/2023 com término em 15/01/2025, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato n. 03/2022;

c) autorizo o acréscimo contratual no percentual de 14,492% (quatorze inteiros e quatrocentos e noventa e dois milésimos por cento) sobre o valor estimado do Contrato n. 03/2022 ([0801402](#)), em razão dos acréscimos de 3 (três) unidades do item 3; 5 (cinco) unidades do item 7; e 7 (sete) unidades do item 9 mencionados na Cláusula Primeira do ajuste originário (Lote/Grupo 1 – ARP 04/2022 - evento n. [0786040](#)), correspondente ao valor de R\$ 44.917,01 (quarenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e um centavo), com fundamento no art. 65, inciso I, letra "b" e § 1º da Lei n. 8666/93 e, ainda, na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 03/2022;

d) determino a complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo, no valor de R\$ 17.742,22 (dezessete mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário; e

e) autorizo a inclusão da Cláusula Décima Sétima ao Contrato nº. 03/2022(evento [0801402](#)), para a inclusão de cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO.

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 12/09/2023, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1058557** e o código CRC **B8E28778**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos